

Pedido de destaque é a arma da esquerda contra o Centrão

Os partidos de esquerda na Constituinte (PT, PDT, PSB, PCB e o PC do B) vão utilizar os pedidos de destaque para votação em separado a fim de dificultar a aprovação das emendas propostas pelo "Centrão" vistas como retrocesso pelos progressistas.

"O Centrão" está apavorado com os pedidos de destaques para votação em separado porque caso eles aprove uma emenda substitutiva com proposição de direita, nós entramos imediatamente com o destaque em separado de parte da matéria. Ai, eles terão que ter 280 votos para manter a proposta integral", diz o deputado José Genoíno (SP), vice-líder do PT, ao explicar a estratégia que as esquerdas deverão usar durante a votação de plenário, dificultando a aprovação das propostas conservadoras.

O pedido de destaque para votação em separado é preciso pelo atual regimento interno da Constituinte que é resultado das alterações feitas pelo próprio "Centrão" ao antigo Regimento da Casa. De acordo com as normas regimentais a apresentação de destaque em separado deve ser subscrito por 187 constituintes e sua aprovação poderá ser decidida pela maioria simples, isto é, até mesmo por 41 parlamentares.

Estranguladores

A votação do projeto de Constituição e das emendas apresentadas pelos constituintes, em plenário, deverá sofrer no mínimo três pontos de estrangulamentos em função das indefinições do regimento interno proposto e aprovado pelo "Centrão".

O principal fator de polêmicas nas votações deverá ser a falta de um critério claro em relação a prejudicialidade de uma matéria sobre as demais conexas. O Regimento Interno fala apenas que "os substitutivos, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas". Diante disto, José Genoíno indaga que se for aprovada uma emenda fixando a jornada de trabalho em 44 horas semanais, como ficaria uma proposta de 42 horas semanais. "Na minha opinião, uma emenda não prejudica a outra, mas o "Centrão" não pensa assim, e como é que fica, já que o Regimento não esclarece estas dúvidas"? Questiona o parlamentar.

Além destes pontos confusos no Regimento, o seu texto também não define um juízo de valor sobre os chamados "buracos" no projeto de Constituição. E previsto que o "Centrão" deverá se utilizar desta indefinição para suprimir diversos direitos dos trabalhadores alegando que as propostas neste sentido não são constitucionais.

Segundo José Genoíno, o parecer do relator Bernardo Cabral no lugar de orientar a votação para amenizar os pontos de conflito, confunde ainda mais o constituinte. Em muitos casos, o deputado decidiu dar parecer pela aprovação de parte de uma emenda e pela rejeição do seu complemento ou, o que é pior, dar parecer favorável a emendas conflitantes.

Nos casos de dúvidas em relação à interpretação do Regimento, caberá à Mesa da Constituinte decidir a solução a tomar ou reverter o assunto à decisão do plenário. Para evitar o estrangulamento das votações, o presidente da Casa, deputado Ulysses Guimarães, deverá reunir todas as lideranças partidárias a fim de adotar um conjunto de normas a ser seguidas durante a votação como foi feito antes da apreciação do projeto de Constituição pela Comissão de Sistematização.

Preferência

De acordo com o Regimento, serão votados em primeiro lugar as emendas que têm mais de 280 assinaturas, em cada capítulo. Caso as propostas não obtenham número nem para a aprovação ou para a rejeição, o plenário terá 24 horas para uma nova votação da matéria. Persistindo a falta de quorum, será votada a proposta do projeto de Constituição. Mantida a indefinição, cria-se o chamado "buraco" no texto constitucional que deve ser resolvido pelo relator em 24 horas ou pela maioria absoluta da Constituinte, isto é, 280 votos.



Disposto a convidar os patrões a participar do programa do PT, Lula diz que a causa é de todos

Lula quer unir trabalhador e empresário para exigir 4 anos

O candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, defendeu, ontem, uma ação integrada de empresários e trabalhadores interessados na realização de eleições presidenciais este ano. Lula considera a participação do empresariado importante para o êxito do "Dia Nacional de Advertência", programado para o dia 4 de março, por iniciativa do Comitê Suprapartidário pelas Diretas 88 e que tem por objetivo pressionar a Constituinte a votar um mandato de apenas quatro anos para o presidente Sarney.

Para estimular o envolvimento dos patrões nessa mobilização, Lula disse ao JBr que está disposto a convidar um empresário a participar do programa que o partido fará transmitir no dia 1º de março, em cadeia nacional de rádio e televisão patrocinado pela Justiça Eleitoral.

"Por que não envolver os em-

presários, se a causa é comum a brasileiros de todas as classes? — indaga Lula, para em seguida sugerir que os patrões que defendem as eleições este ano poderiam participar do "Dia de Advertência" fechando as portas dos seus estabelecimentos pelo menos durante uma hora ou parte de um expediente. As igrejas tocariam seus sinos, os carros buzinariam e as donas-de-casa bateriam panelas".

Idéias

Lula pretende levar essas idéias à reunião que o Comitê pelas Diretas-88 realizará na próxima quarta-feira, com a participação de líderes políticos como os senadores peemedebistas Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa, o senador petebista Afonso Camargo, o ex-governador Franco Montoro, o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro e, provavelmente, o presidente da Ordem

dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos.

Independentemente da programação do "Dia Nacional de Advertência", a OAB nacional já decidiu envolver-se de maneira mais ostensiva na mobilização pelas eleições este ano. Em carta dirigida às seções regionais, no início da semana, Márcio Thomaz Bastos exorta os advogados a promoverem manifestações públicas, reuniões e outras formas de pressões aos constituintes, para que seja aprovado o mandato de quatro anos para Sarney.

Na circular, o presidente da OAB sustenta que "as nuvens do desespero que se adensam nos horizontes de todas as classes sociais só começarão a se dissipar com as eleições diretas para presidente" e proclama que os advogados não "serão cúmplices dos que traem seus compromissos".

Grupos rearticulam diretas e promovem o Dia da Advertência

Os integrantes do "Comitê Suprapartidário pelas Diretas-88" decidiram promover o "Dia Nacional de Advertência", previsto para o dia 4 de março, diante do esvaziamento da mobilização popular que vem sendo tentada desde maio do ano passado. Ao contrário da campanha das diretas de 1984, que atraiu entusiásticas multidões, os comícios realizados na atual mobilização têm-se limitado praticamente à presença de militantes partidários, reunindo um máximo de 15 mil assistentes, no Rio e em São Paulo, em dezembro último.

Diante dessa fuga do público, o Comitê concluiu que é preferível articular uma grande manifestação de âmbito nacional, num só dia, para advertir os constituintes que ainda defendem um mandato de cinco anos para o presidente Sarney quanto às consequências políticas e eleitorais que eles enfrentarão se mantiverem essa posição no plenário da Constituinte. O "Dia de Advertência", segundo os seus idealizadores, seria marcado por paralizações de atividades, pronunciamentos em todas as casas legislativas, entrevistas aos jornais, rádio e televisão e outras iniciativas ainda em estudo.

Apatia

Os defensores das diretas-88 são unânimes em apontar o desencanto e a apatia popular, além do descrédito dos políticos, como as

causas do esvaziamento da frustrada mobilização popular. A esses fatores somam-se as divisões registradas entre partidos envolvidos no movimento — especialmente entre o PDT e o PC do B — conforme reconhece o líder pedetista Brandão Monteiro.

O que chama atenção é o contraste existente entre os resultados das pesquisas, que indicam uma preferência de até mais de 80% da população pelas diretas-88, e o distanciamento em relação aos comícios que pregam esse objetivo. Para Brandão Monteiro, "isso é resultado, principalmente, da desconfiança e ceticismo generalizados que a sociedade passou a alimentar, depois de sucessivas frustrações, como a morte de Tancredo Neves, o fracasso do plano cruzado, as graves contradições da Nova República e o desgoverno do Sarney".

O candidato do PT à Presidência, Luís Inácio Lula da Silva, faz um diagnóstico semelhante ao de Brandão Monteiro e prevê que a sociedade somente voltará a ouvir os políticos se a Constituinte aprovar as propostas de interesse popular. Lula cita um "período de dificuldades e resistências" que ele mesmo enfrentou entre 1979 e 1980, quando, após mobilizar os metalúrgicos do ABC para a greve, fez um acordo que desagradou aos trabalhadores.

"Passei algum tempo enfren-

tando a apatia e outros problemas entre os companheiros e só depois de novas conquistas é que eles voltaram à disposição de luta. O mesmo exemplo vale para esse momento que a gente está vivendo. Se a Constituinte aprovar medidas positivas, então o povo voltará a mobilizar-se por novas conquistas.

Desencanto

O líder do PMDB no Senado, Mário Covas, também reconhece a influência do desencanto como fator de inibição da pressão popular e observa que a situação hoje "é bem diferente da campanha de 84, resultado das forças e expectativas acumuladas pela oposição durante 20 anos". O ambiente na época — lembra — era de entusiasmo e de otimismo em relação ao futuro, o que não acontece agora.

O coordenador do Plenário-Participação popular na Constituinte, Francisco Whitaker, concorda com esse raciocínio de Covas e acrescenta o comentário de que, "ao contrário do que acontece agora, a primeira campanha das diretas contou com o apoio dos governadores dos Estados de maior peso político e, do meio para o fim, de todos os grandes órgãos de comunicação do País".

O deputado Haroldo Sabóia, do Comitê pelas Diretas-88, também admite a apatia popular, mas, otimista, acredita que em março o povo voltará às ruas. Antes, não, "porque nesse País nada acontece entre o Natal e o Carnaval".